

Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso

Marta Cleia Andrade

E-mail: <marta.cleia@hotmail.com>.

Professora da FACER

Daniela Cristina Alves

E-mail: <danny_cristty@hotmail.com>.

Professora da FACER

Resumo

Este trabalho enfoca algumas práticas, vantagens e desafios enfrentados por agricultores familiares da cidade de Rubiataba, estado de Goiás, em direção à busca pelo fortalecimento da atividade produtiva. Portanto, este artigo tem como objetivo identificar e analisar as principais práticas, dificuldades e oportunidades encontradas pelos cooperados de uma cooperativa de agricultores familiares, denominada Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR). Foi realizada uma pesquisa qualitativa, e para a coleta de dados utilizaram-se questionários e entrevistas. Como resultado, a pesquisa aponta grande interesse dos produtores em diversificar a produção, agregar maior valor aos produtos, ter maior acesso ao mercado e com isso obter melhor competitividade. Mas esbarram em aspectos como a falta de incentivos do poder público, de recursos financeiros, qualificação técnica e escassez de mão de obra. Com esta pesquisa buscou-se colaborar para uma melhor compreensão da relação entre cooperativismo e agricultura familiar.

Palavras-chave: Cooperativismo. Produtor. Coomafar.

1. Introdução

Atualmente, o modelo produtivo requer mais flexibilidade, bem como maior controle e qualidade sobre o trabalho e a produção, para responder de forma ágil às novas demandas do mercado (Buendía Martínez & Pires, 2002). Nesse contexto, as cooperativas, que são organizações formadas por um grupo de pessoas que têm em comum, o desejo e a necessidade de se organizarem para atender melhor os mercados, se mostram como uma importante alternativa. O cooperativismo, dentro da concepção de diversos autores torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia.

Nesse contexto, surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros.

Há décadas relegada a segundo plano pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária –a pequena propriedade– têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade, setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (Carneiro, 1997). E, com a globalização, as disparidades hoje existentes, sejam em termos regionais, sejam em relação à agricultura familiar, tendem a se acentuar ainda mais (Graziano da Silva, 2001).

Nesse sentido, Pires (2010) salienta que as cooperativas são concebidas pela sua capacidade de organizar o espaço e a produção rural, e se identificam como uma alternativa capaz de organizar a atividade produtiva, potencializando as vantagens da agricultura familiar e revitalizando os territórios.

Hoje, podem-se observar muitas incertezas relacionadas ao futuro das atividades da agricultura familiar na região de Rubiataba. Uma considerável fração das áreas de pequenas propriedades rurais encontra-se arrendada para a indústria sucroalcooleira (Abreu, 2008). Ocorre, ainda, significativa expansão da cultura da cana-de-açúcar nas proximidades da cidade. Apesar da importância desta atividade para a economia, há a necessidade de uma produção maior de alimentos do gênero agrícola. Somam-se a isso, outros fatores como a falta de perspectiva dos filhos em ajudar na gestão da atividade rural dos pais, as políticas públicas pouco adequadas às realidades dos agricultores, dificuldades de adaptação às modernas exigências do mercado, entre outros.

Assim, este artigo enfoca o cooperativismo no ramo da agricultura familiar. E, tem como objetivo identificar e analisar as principais práticas, dificuldades e oportunidades encontradas pelos cooperados de uma cooperativa de agricultores familiares da cidade de Rubiataba, estado de Goiás, denominada Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR).

A COOMAFAR é formada por 20 pequenos produtores rurais, que buscam melhor organizar a produção, nos moldes do cooperativismo, no intuito de obter melhores resultados no mercado local.

Com base no exposto, pode-se formular a seguinte questão de pesquisa: quais são as principais práticas, dificuldades e oportunidades encontradas pelos cooperados da COOMAFAR?

A importância deste trabalho está em ampliar as discussões no âmbito da relação entre cooperativismo e agricultura familiar, permitindo, com base no caso analisado, conhecer as estratégias utilizadas pelos cooperados, bem como suas perspectivas relacionadas à atividade econômica.

Para tanto, este trabalho está dividido da seguinte forma: além desta introdução, a

primeira seção situa o referencial teórico, o qual contempla as origens e evolução do cooperativismo; a parte seguinte situa o cooperativismo no ramo agrícola; posteriormente são feitas as discussões do cooperativismo e suas relações com a agricultura familiar; a seção posterior aborda a metodologia usada; em seguida aparece o tópico que apresenta os resultados da pesquisa e por fim, são feitas as considerações finais do caso.

2. Referencial Teórico

2.1. Origens e evolução do cooperativismo

A cooperação entre as pessoas aparece na história da civilização em vários momentos. No contexto da produção rural, o cooperativismo surge como modo de inserção do produtor em um mundo globalizado e competitivo, pois sua forma de organização permite dividir os medos, as responsabilidades e as alegrias. Assim, torna-se possível buscar uma inserção mais sustentável na dinâmica produtiva (Pires, 2010). Gianezini (2010) salienta que a importância do cooperativismo no mundo, hoje reside no fato de que é uma alternativa capaz de mudar comportamentos, atuar com uma racionalidade própria e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras.

Conforme a literatura, as cooperativas são uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas da humanidade. Juntas e cooperando, as pessoas trabalham coletivamente, rumo a um mesmo propósito para alcançarem satisfação.

Segundo Pinho (2004), o cooperativismo nasceu na Inglaterra em dezembro de 1844, fundado por tecelões. Assim, foi formada a primeira cooperativa do mundo, constituída por 28 cooperados. O objetivo dominante era a sobrevivência do povo, em um bairro chamado Rochdale, em Manchester, na In-

glaterra, que sofria as consequências da revolução industrial, uma vez que, nessa época, foi substituída a mão de obra artesanal pela industrial.

O grande mérito desses pioneiros não foi apenas a iniciação do cooperativismo mundial, mas a criação de normas e princípios que ficaram conhecidos como princípios cooperativistas e, até hoje, mesmo reformulados, fazem parte dos sete princípios cooperativistas mundiais (Irion, 1997). Portanto, a experiência dos pioneiros de Rochdale foi a base para a constituição dos princípios e valores do cooperativismo.

Vale reproduzir uma passagem em que Irion (1997) relembra os congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), onde foram determinados os princípios cooperativistas, segundo a base “Rochdale”:

Quadro 1: Princípios cooperativos

COMO ERA (1966)	COMO FICOU (1995)
1º Princípio - Adesão livre;	1º Princípio - Adesão livre e voluntária;
2º Princípio - Neutralidade social, política, religiosa e racial;	2º Princípio - Controle democrático pelos sócios;
3º Princípio - Um homem, um voto;	3º Princípio - Participação econômica dos sócios;
4º Princípio - Retorno das sobras;	4º Princípio - Autonomia e independência;
5º Princípio - Juro limitado do capital;	5º Princípio - Educação, treinamento e formação;
6º Princípio - Educação permanente;	6º Princípio - Cooperação entre cooperativas;
7º Princípio - Cooperação intercooperativa.	7º Princípio - Preocupação com a comunidade.

Fonte: Irion (1997), adaptado pelas autoras.

Conforme descrito no Quadro 1, os princípios básicos do cooperativismo são mutáveis e têm como finalidade fornecer uma direção para aqueles que querem construir uma cooperativa legítima e autêntica.

As cooperativas precisam evidenciar que as grandes bandeiras sociais como pleno emprego, distribuição de renda, justiça social, segurança alimentar, desenvolvimento local e regional sustentável, são também suas bandeiras, porque pregam seus princípios. Na medida em que realizam isso, as cooperativas assumem um novo papel, ao serem defensoras das democracias e promotoras da paz (Schreiner, 2011).

Para Irion (1997), a doutrina cooperativista traz formas de solução de ajuda mútua entre pessoas que têm interesses ou anseios em comum, pois permite modificar o ambiente de concorrência através da cooperação, criando oportunidades de trabalho. E, funciona como um motor de negócios para uma melhor qualidade de vida das pessoas.

Nas observações de Pinho (2004), o cooperativismo veio para o Brasil com a colonização portuguesa, onde começou a aparecer “o processo de criação de uma cultura da cooperação” e logo em seu início foi interrompida pela escravidão.

No decorrer do século XIX, como lembram Morato e Costa (2001), a chegada ao Brasil de imigrantes Alemães e Italianos, deu início às comunidades, principalmente no sul no Brasil, que foram adaptando suas necessidades aos moldes do cooperativismo da maneira que aprenderam em seus países de origem.

A partir de 1970, a realidade do crédito rural e a agricultura mecanizada propiciou o nascimento de cooperativas com estruturas empresariais mais sólidas e preocupadas com a formação dos dirigentes e do corpo técnico, para atender ao cooperado. O pensamento empresarial cooperativista nasceu nesse período. Inicialmente, o ramo que melhor soube utilizar essa relação, graças à especificidade do seu produto, foi o agropecuário (Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) 2011).

Os motivos para a criação de uma cooperativa podem ser vários, como: a tentativa de acabar com os atravessadores, facilitar o acesso ao mercado, comprar insumos a preços acessíveis, promover registro de marcas, patentes e rótulos, fornecer nota fiscal e obter assistência técnica adequada; com vistas a obter produtividade, diminuição de custos e melhor competitividade da atividade produtiva.

Atualmente no Brasil, o cenário das cooperativas apresenta-se em diferentes situações: algumas em situação econômica privilegiada; outras ainda procurando formas de

sobrevivência e adequação à realidade e, as demais, enfrentam dificuldades financeiras e estão em processo de autoliquidação. Pode-se afirmar que algumas das causas estão relacionadas à falta de capacidade de adequação às mudanças, às novas tecnologias, falta de lealdade e fidelidade à organização, à instabilidade econômica das últimas décadas e aos decorrentes planos econômicos que se fizeram presentes por um longo período na economia brasileira (Simioni, Siqueira, Binotto, Spers, & Araújo, 2009).

Somam-se a isso outros grandes desafios: a internacionalização dos mercados, a pressão por inovação, preservação ambiental e segurança alimentar. Nesse contexto, o enfoque cooperativo é considerado um instrumento de autoproteção para os pequenos agricultores, principalmente, devido ao seu conceito de autoajuda (Aref, 2011).

Há autores que apresentam a cooperação como uma ferramenta de luta política e social, na medida em que contribui para a sobrevivência econômica e amplia a competitividade dos produtos no mercado. A cooperação contribui para melhorar as condições de vida, ao ampliar a possibilidade de acesso aos bens de uso coletivo (moradia, infraestrutura, educação, transporte, saúde, lazer, etc.); eleva a capacidade das famílias de permanecerem na terra e possibilita o desenvolvimento da consciência social (Scopinho & Martins, 2003).

2.2. O Cooperativismo no ramo agrícola

Como visto, as cooperativas oferecem um meio pelo qual grupos desfavorecidos podem trabalhar juntos, compartilhar os riscos e resolver problemas comuns. O seu papel na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para pequenos agricultores que lutam sozinhos para fazer frente à concorrência e mudanças no ambiente competitivo.

Percebe-se que as cooperativas agrícolas estão passando por adaptações em suas posturas diante da realidade de mudanças constantes do mercado competitivo, uma vez que foram criadas e cresceram num período em que predominava a agricultura tradicional. Para fazer frente à nova realidade, elas buscaram se profissionalizar no que se refere ao processo de gestão e às relações com os seus associados e se adaptar às regras do mercado, obtendo maior credibilidade (Simioni *et al.*, 2009).

O movimento cooperativista brasileiro tem nas sociedades de produção agropecuária e agrícola sua principal força econômica e política. Para Pinho (2004), o ramo do cooperativismo mais bem estruturado é o agrícola, graças ao crescimento do potencial agrícola internacional. Em função da globalização, do aumento crescente da competição internacional e do protecionismo agrícola dos países desenvolvidos, as cooperativas agrícolas têm sido pressionadas a buscar soluções que garantam a competitividade e sustentabilidade da agricultura e da própria cooperativa (Pinho, 2004).

Através da cooperação, os agricultores podem realizar economias de escala na aquisição de insumos agrícolas, melhorar seus padrões de produção e comercialização, buscar acesso ao crédito, transporte, serviços profissionais e, além disso, criar emprego e proporcionar desenvolvimento socioeconômico (Zarafshani, Rostamitabar, Hosseini, Akbari, & Azadi, 2010).

Segundo Guasselli (2002), as cooperativas agrícolas funcionam como instituições de comercialização de produtos de seus cooperados, assistência técnica e revenda de insumos. Reúnem tanto os produtores rurais do setor agrícola, quanto do setor pecuário. Essas cooperativas têm um papel significativo de desenvolvimento rural e redução da pobreza. Em todo o mundo, as cooperativas desempenham papéis importantes nas indústrias agroalimentares, ao fornecer produtos agrícolas (Aref, 2011). Portanto, as soluções

exigidas pelo ambiente e a sustentabilidade da atividade produtiva em debate, parecem ser mais plausíveis com a estratégia de cooperação.

O Brasil pode ser considerado o novo celeiro do mundo, graças ao seu potencial de produção agrícola. Para atender à crescente demanda global por alimentos, são necessárias políticas públicas que garantam estabilidade ao produtor, visão estratégica de mercado e planejamento da produção. Contudo, o Brasil precisa, ainda, eliminar os fatores de insegurança jurídica no campo, melhorar a infraestrutura logística, reduzir custos, dentre outros fatores (Schreiner, 2011).

Na agricultura e pecuária, os produtores participam de um contexto em que há grande necessidade de seus produtos (Rodrigues, 2005). Mas se eles não estiverem organizados, poderão perder oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, quando o número de proprietários de uma firma é grande, como o caso das cooperativas, é necessária a separação entre a propriedade e a gestão. A separação entre a propriedade e a gestão implica na necessidade da formulação de contratos para delimitação das responsabilidades, para evitar o oportunismo e diminuir a racionalidade limitada das partes (Trindade & Bialoskorski, 2012). Assim, alguns cooperados são escolhidos e nomeados como diretores, com cargos e responsabilidades definidas. Desse modo, a atividade produtiva estará sendo mais bem organizada.

Nessa linha, Simioni *et al.* (2009, p. 760) afirmam que “existe na relação entre dirigentes e cooperados uma tendência ao atendimento das demandas individuais, que caracterizam o oportunismo recíproco, em detrimento daquelas derivadas da filosofia cooperativista”.

O cooperativismo parece ser uma das soluções para o crescimento e desenvolvimento da atividade de pequenos grupos, como afirmam diversos autores. Juntos os cooperados podem operar como num sistema diferen-

ciado com preços justos de compra e venda, afastando ou disciplinando a presença de atravessadores e criando a consciência de grupo. Segundo Nascimento (2000), a importância que as cooperativas agrícolas representam, com sua tradição, seu crescimento, tanto pelo “volume de negócios que elas envolvem, quanto pelo seu dinamismo”, pode-se dizer que o desenvolvimento delas está relacionado ao desenvolvimento do país.

2.3 O Cooperativismo na agricultura familiar

Buendía Martínez e Pires (2002) veem a agricultura como o principal eixo do desenvolvimento rural, especialmente, por constituir principal fonte de ocupação da população rural. Para essas autoras, essa perspectiva ganha força pelo fato do cooperativismo possibilitar a organização da produção, diversificação das atividades agrícolas e a agregação de valor às *commodities* agrícolas.

Por isso, as cooperativas vêm contribuindo para a potencialização dos locais onde estão inseridas confirmando a perspectiva presente na literatura que identifica as cooperativas como estratégias importantes para o desenvolvimento local/rural (Buendía Martínez & Pires, 2002).

Ao mesmo tempo, Graziano da Silva (2001) aponta que está havendo êxodo rural, um fato inevitável, e, que a gestão das pequenas e médias propriedades rurais está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades, enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva e geração de renda, em geral, fora da propriedade.

Para Graziano da Silva (2001) as ocupações agrícolas são as que geram menor renda; o número de famílias agrícolas vem diminuindo, pois elas não conseguem sobreviver somente de rendas agrícolas. Para esse autor, nem mesmo o número das famílias pluria-

tivas, nas quais seus membros combinam atividades agrícolas e não agrícolas, vem se elevando.

Carneiro (1997) salienta que a incapacidade das famílias de se sustentarem exclusivamente da agricultura é vista como evidência de impossibilidade desse tipo de produtor de assimilar as demandas e a própria lógica do mercado e de incorporar as inovações tecnológicas. Conseqüentemente, o seu enquadramento em uma categoria social periférica, acaba por reforçar a marginalização desse grande contingente da população rural que terá a sua sobrevivência dependente das políticas sociais.

No tocante às políticas públicas, que se mostram tão necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar, Deponti (2007) adverte que numa perspectiva neomarxista, a agricultura familiar na sociedade contemporânea, precisa ser reconhecida pela sociedade e pelo Estado, de forma que assegure sua reprodução.

Vale ressaltar a visão de Grisa, Gazolla e Schneider (2010), para esses autores o fortalecimento da agricultura familiar passa por um conjunto de iniciativas do Estado, mas também dos próprios agricultores enquanto atores sociais do seu próprio destino e desenvolvimento.

Nesse contexto, diante da importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no país, o governo federal criou algumas políticas públicas para apoiar esse setor. Uma delas é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955, que garante a transferência de recursos financeiros para a alimentação escolar dos alunos da rede de educação pública (Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) 2011). Cabe salientar que para a venda dos produtos para a merenda escolar, os agricultores familiares devem estar de acordo com as Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, que regem a necessidade de efetivação do

procedimento de licitação (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS) 2011). Desse modo, essa política representa importante contribuição na atividade dos pequenos agricultores.

Segundo Buendía Martínez e Pires (2002), as cooperativas trazem consigo alterações na geopolítica econômica da sociedade contemporânea, através de suas organizações de produção e comercialização, e contribuem para a potencialização das localidades onde estão inseridas, principalmente dentro da perspectiva de desenvolvimento local.

Por outro lado, quando o potencial de uma localidade é abordado, pode-se dizer que as incertezas e possibilidades de crises são diminuídas a partir das ações que busquem a diversificação da produção. Trata-se de uma estratégia de acumulação, ou de escolha e adaptação para atender às necessidades das famílias tanto em termos de segurança alimentar, quanto em termos de criação de novas fontes de renda e maior autonomia. Além disso, melhora as condições socioeconômicas dos agricultores familiares (Grisa, Gazolla, & Schneider 2010).

Enfim, como afirmam Gawlak e Ratzke (2001, p. 12) “a prática da cooperação educa o homem, substituindo o individualismo por uma mentalidade mais aberta, flexível, participativa, humana e solidária”. As cooperativas tornam-se, portanto, uma rede de pessoas em que suas atividades serão motores de desenvolvimento local.

3. Metodologia

A COOMAFAR foi fundada em janeiro de 2001, a partir da união de 25 produtores. Hoje, há um total de 20 cooperados, todos pequenos produtores rurais. Os objetivos da criação da cooperativa estão descritos no capítulo II de seu Estatuto Social: “administrar os interesses econômicos de seus associados,

congregando-os de modo que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo, nas atividades de Trabalho, Produção e Consumo, assim como em outros campos da atividade socioeconômica da produção familiar, notadamente a integração da produção vegetal e animal, sustentada por agroindústrias”.

Em reunião realizada em abril de 2010, foi lançada uma nova oportunidade para alavancar a COOMAFAR. Houve a ideia de comercialização de gêneros alimentícios para as escolas municipais e estaduais da região, processo que seria viabilizado pela política pública do governo federal, o PNAE.

A COOMAFAR foi escolhida para esta pesquisa devido à acessibilidade à cooperativa. A diretoria se colocou à disposição para o estudo, a fim de conhecer o diagnóstico estratégico e encontrar soluções para alguns problemas. Trata-se, portanto, de um estudo de caso. Desse modo, pode-se dizer que as investigações possibilitaram descobertas importantes para a sobrevivência da entidade.

Como destaca Yin (2001), o estudo de caso conta com muitas técnicas como, experimentos, levantamentos, pesquisas históricas e análise de informações em arquivos, um método que abrange tudo com lógica de planejamento, e preparação na coleta e na leitura dos dados. Houve, portanto, um planejamento antes de se partir para a coleta de dados.

O estudo utilizou-se de uma abordagem qualitativa. Como coloca Matias-Pereira (2010), a pesquisa qualitativa é considerada a relação entre o mundo real e o sujeito, que não requerem métodos estatísticos, apenas estudo minucioso do ambiente.

Esta pesquisa é, ainda, de natureza descritiva. Segundo Gil (1999) a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição das características de um determinado evento. Para que fosse atingido esse propósito, foi necessário o cumprimento de algumas regras de pesquisa, como: o estudo do histórico da cooperativa, do seu tamanho e estrutura, dos objetivos pe-

los quais os cooperados a constituíram, das metas e dos objetivos buscados.

Utilizou-se de entrevistas, de questionário e de observação para a coleta de dados. Sendo que se buscou ir além de questionamentos das experiências vividas pelos cooperados, mas também houve acesso a documentos que foram fontes de evidências. As entrevistas foram feitas na propriedade de cada cooperado, em ambiente doméstico e privado; fazendo-se uso de um roteiro previamente construído com base na literatura aqui apontada. Na elaboração do roteiro para as entrevistas houve a preocupação em investigar o motivo do ingresso na COOMAFAR, as principais dificuldades e oportunidades encontradas após a adesão, assim como, os fatores impeditivos para a diversificação e competitividade da produção rural. A investigação teve ainda a intenção de saber como andam as ações da cooperativa, relacionadas à assistência técnica e à oferta de incentivos para o desenvolvimento da atividade produtiva.

Durante as entrevistas, às vezes surgia a necessidade de mais questionamentos para sanar dúvidas que iam aparecendo.

O questionário aplicado foi levado até as propriedades dos cooperados e respondido por 15 dos 20 cooperados. Os outros cinco cooperados não quiseram participar da pesquisa. O intuito era descobrir o tamanho de suas propriedades, os produtos comercializados, o local de comercialização e os produtos que tinham intenção de produzir visando diversificar a produção.

A técnica da observação foi também fundamental para complementar as descobertas. Primeiramente, foi feito um estudo exploratório e um planejamento para o registro das informações que seriam captadas.

A coleta de dados para este estudo ocorreu no mês de outubro, de 2011.

Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo, e buscou-se, a fundo, in-

terpretar os dados obtidos. Essa metodologia de análise de dados é usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos (Moraes, 1999).

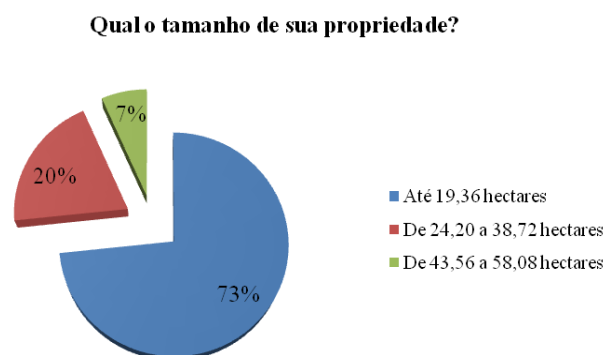
Em seguida é destacada a discussão da pesquisa.

4. Resultados e Discussões: o caso COOMAFAR

Este estudo foi realizado na Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Rubiataba (COOMAFAR), composta por 20 cooperados, todos pequenos produtores rurais. Atualmente, toda a produção é destinada ao mercado local.

Desse modo, o Gráfico 1 apresenta o tamanho da propriedade dos produtores.

Gráfico 1: Tamanho da propriedade



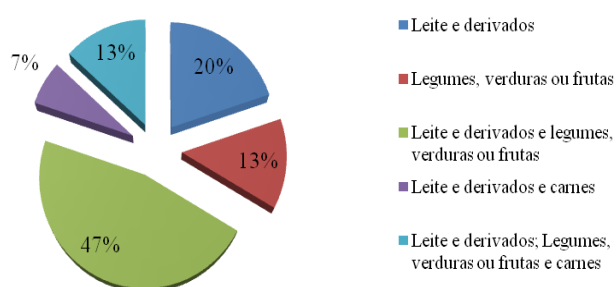
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras, 2012.

No Gráfico 1 é possível observar que todos os cooperados são pequenos agricultores. Todas suas propriedades possuem menos de 4 módulos fiscais. Eles vivem em regime de agricultura familiar, mas alguns produtores contam com uma pequena participação de mão de obra contratada.

Através do Gráfico 2 observa-se que a maioria dos produtores tem como principal atividade a pecuária de leite, e como atuação secundária, a produção de legumes, verduras e frutas. Apenas 13% dos produtores não produzem leite em suas propriedades.

Gráfico 2: Produtos comercializados

Quais os produtos você já comercializa?



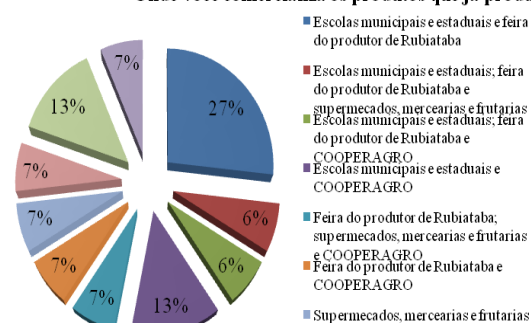
Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras, 2012.

A preferência dos cooperados em produzir leite, pode ser explicada pelo fato da atividade leiteira ser tradicional em Rubiataba e região. Percebe-se também nos produtores, insegurança quanto às mudanças estruturais que seriam necessárias para a diversificação da produção rural. Assim, eles preferem evitar as incertezas e não correr riscos, continuando com a produção de leite.

Pode-se observar no Gráfico 3 que a maioria dos produtos, 27%, é comercializada com as escolas públicas, feira local e com a COOPER-AGRO (cooperativa leiteira).

Gráfico 3: Local de comercialização dos produtos

Onde você comercializa os produtos que já produz?

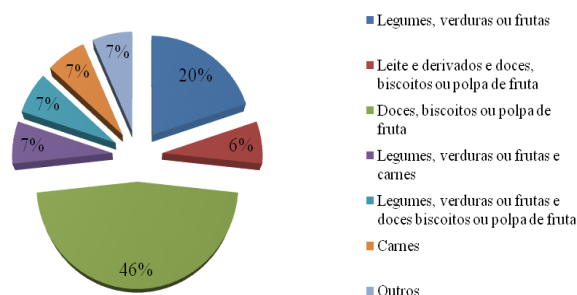


Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras, 2012.

O Gráfico 4 mostra que é significativa a vontade, por parte dos produtores, de produzir produtos industrializados; pois foi apontado que 46%, a maioria, gostaria de produzir doces, biscoitos ou polpas de fruta.

Gráfico 4: Produtos que gostaria de produzir

Quais são os produtos que você gostaria de produzir em sua propriedade?



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelas autoras, 2012.

Esses dados mostram que uma significativa parte dos cooperados está disposta a produzir produtos agroindustriais, buscando agregar valor e inovar na produção e, talvez, conseguir preços mais favoráveis na comercialização. Sobre este aspecto, Beduschi e Abramovay (2004) defendem que precisa haver destinação de recursos federais voltados à capacitação dos produtores para a elaboração de projetos de desenvolvimento de caráter inovador.

Quando questionou-se os cooperados sobre os fatores impeditivos para a diversificação da produção, os mais citados foram: falta de incentivo dos poderes públicos, carência de assistência técnica rural e a escassez de mão de obra (tanto familiar quanto contratada). Grisa, Gazolla e Schneider (2010) citam diversos benefícios decorrentes da estratégia de diversificação, como novas fontes de renda, menor vulnerabilidade das influências externas, segurança alimentar, entre outros.

No que diz respeito à falta de assistência técnica, Souza (2001) salienta que na produção agrícola, a decisão do tipo de variedades a serem cultivadas, depende das características de cada propriedade. Tais aspectos estão relacionados com o tipo de solo, clima, pluviometria, pragas, entre outros. Para tanto, a aplicação de conhecimento técnico especializado é importante com vistas a diminuir as incertezas e riscos e, assim, obter resultados favoráveis.

Como previsto por Graziano da Silva (2001), o último fator mencionado, escassez de mão de obra, se deve ao fato de que os filhos dos cooperados, os quais poderiam ajudar a gerenciar a atividade rural, em sua maioria, estão trabalhando no meio urbano. Nessa linha, Carneiro (1997) concorda que a sazonalidade da produção agrícola pode dispensar parcialmente ou integralmente trabalhadores que estarão disponíveis para exercer outras atividades econômicas, mas não considera esse fato como uma ameaça à continuidade da atividade agrícola.

Segundo Ávila (2009), um dos fatores contribuintes para a escassez de mão de obra em Rubiataba e região, está relacionado à presença das usinas sucroalcooleiras, processadoras da cana-de-açúcar. Desse modo, a maior parte dos trabalhadores rurais parte em busca das vagas nas usinas da região. E, “o desinteresse dos filhos em ficar na terra, inviabiliza a produção agrícola” (entrevistado). Soma-se a isso, o arrendamento de pequenas propriedades feito pelas usinas, muitas vezes, vantajoso para o agricultor. Isso contribuiu para o êxodo rural, não apenas dos filhos, mas às vezes, de toda a família. Dessa maneira, fica difícil diversificar e alavancar a produção.

Considerando as possibilidades apresentadas na literatura por Buendía Martínez e Pires (2002), foi perguntado aos cooperados o que os levaram a ingressar na COOMAFAR. O principal motivo apontado foi a busca de agregação de valor em seus produtos, além de ter como e onde vender, ou seja, facilidade no processo de comercialização. Sabe-se que a produção de produtos com atributos diferenciados e de qualidade, cria novas oportunidades de mercado. E, essas novas oportunidades incluem a inserção desses agricultores em mercados nacionais e até internacionais (Maluf, 2004). Outra motivação apontada pelos produtores foi a questão fiscal, pois participando da cooperativa, os impostos ficam reduzidos.

Por outro lado, segundo a maioria dos entrevistados, a maior dificuldade encontrada como cooperado da COOMAFAR, é a falta de união entre os membros. Pode-se afirmar que alguns cooperados, inclusive fundadores, não têm um autêntico espírito cooperativista. Como previsto por Simioni *et al.* (2009), muitos ainda não pensam no coletivo e buscam atender seus interesses próprios. Sabe-se que quando os membros têm tal comportamento, a estrutura cooperativista tende a se enfraquecer e começa a surgir alguns subgrupos dentro da cooperativa. Nesse sentido, quando alguns problemas não são resolvidos, segundo os entrevistados, estes grupos começam a se confrontar. O que vem a colaborar para o enfraquecimento e a desestruturação da cooperativa, e, ao mesmo tempo, implica na redução do número de cooperados. Portanto, conforme o ideal defendido por Gawlak e Ratzke (2001), está faltando um pensamento dominante que abarque o bem-estar do coletivo.

Esta situação, alinhada aos argumentos de Simioni *et al.* (2009) é desfavorável, uma vez que a competitividade e influência do ambiente institucional, implica na necessidade de uma atuação diferenciada em relação à construção de relações de lealdade mais estáveis.

Para Morato e Costa (2001), o cooperativismo surgiu como forma de organização e democracia para a distribuição de bens, com objetivos focados na solidariedade e democracia. Portanto, é necessária a educação das pessoas envolvidas nas atividades, de modo que abracem a filosofia cooperativista.

Quando questionados sobre a importância da COOMAFAR para o desenvolvimento socioeconômico de Rubiataba e região, todos disseram ser importante para a geração de renda para as famílias, valorização da classe ruralista e melhor qualidade de vida.

Quando os cooperados foram indagados sobre as ações da cooperativa para estimular e mobilizar os agricultores em busca de ino-

vações organizacionais e tecnológicas, todos disseram que há incentivos verbais nas reuniões, ou seja, discursos. Mas a cooperativa ainda não garante aos cooperados o acesso às inovações tecnológicas.

Ao serem perguntados, se a cooperativa oferece cursos voltados para o planejamento e controle da produção, práticas de gestão da qualidade, produção orgânica e agregação de valor aos produtos, grande parte dos entrevistados declarou que estas questões são discutidas nas reuniões, mas ainda não foram concretizadas por falta de recursos financeiros. Nesse sentido, Aref (2011) lembra que é essencial que as cooperativas agrícolas busquem inspirar, motivar e apoiar seus membros, bem como assegurar a sustentabilidade da produção.

Nota-se que as atividades desempenhadas pelos produtores rurais carecem de respaldo de políticas públicas ou até de estratégias da diretoria administrativa, pois, a inexistência desses fatores tem comprometido os resultados da cooperativa.

Complementarmente, entre os principais públicos-alvo da cooperativa, está a feira local. Porém, quando se busca inserir os produtos da cooperativa nesse mercado, considerado mais exigente, não há boa aceitação. Os produtos da cooperativa, principalmente as verduras e legumes, possuem uma aparência inferior àqueles encontrados nos supermercados, um dos motivos principais para serem rejeitados. Sabe-se que os consumidores valorizam, cada vez mais, nesse tipo de produto a autenticidade, os produtos recém-colhidos, a cor e o sabor (Van der Ploeg, 2009).

Uma política pública que favorece a agricultura familiar brasileira é o PNAE. Tal programa rege que a compra de 30% dos produtos destinados à merenda escolar, seja oriunda da agricultura familiar. Sobre a contribuição dessa política pública, todos os cooperados comentaram sobre essa oportunidade, que garante a venda para as escolas, de R\$ 9.000 (nove mil reais), por produtor, anualmente.

Sobre os ganhos ou avanços obtidos após o ingresso na COOMAFAR, todos os cooperados afirmaram que há melhor poder de negociação e oportunidades de comercialização dos produtos.

5. Considerações finais

Este trabalho buscou intensificar os debates em torno das relações do cooperativismo e a agricultura familiar. Seu objetivo foi identificar e analisar as práticas, dificuldades e oportunidades encontradas pelos cooperados de uma cooperativa de agricultores familiares, denominada COOMAFAR.

A COOMAFAR é constituída por pequenos produtores rurais que tem como objetivo buscar melhor acesso ao mercado, diversificar a produção e agregar valor aos produtos, através de processos industriais, e assim alcançar melhor posição competitiva.

Corroborando as afirmações de Buendía Martínez e Pires (2002) o tipo de cooperativa estudado, além de contribuir para o crescimento econômico do Brasil, propicia desenvolvimento não só para a classe ruralista, mas para a comunidade em geral. Por isso, a COOMAFAR pode ser vista como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico das famílias dos pequenos agricultores de Rubiataba. No entanto, é preciso que ela avance em alguns aspectos relacionados à gestão, respeito à filosofia cooperativa, escassez de mão de obra, capacitação e inovação. Portanto, para essa condição, com linha as visões de Deponti (2007) e Buendía Martínez e Pires (2002) há a necessidade de atuação por parte do Estado, através de políticas que permitam o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil e, conseqüentemente, do grupo de produtores aqui destacado.

Um dos pontos fortes dessa cooperativa é a possibilidade de vender sua produção para as escolas públicas, através do PNAE.

Por isso, o interesse dos cooperados em fazer o beneficiamento de alguns produtos, pois há exigências nesse sentido; ao mesmo tempo, é necessário adotar algumas políticas e práticas de gestão da qualidade dos produtos que são destinados à merenda escolar.

Com relação ao comportamento dos membros da COOMAFAR, nota-se que os princípios cooperativistas precisam estar mais presentes em seus modelos mentais, para assim, refletir em seus comportamentos. Em consonância à pesquisa de Simioni *et al.* (2009), alguns cooperados não têm um autêntico espírito cooperativista e muitos buscam atender seus próprios interesses. Sabe-se que nessas condições, a estrutura cooperativista tende a enfraquecer e abre espaço para comportamentos oportunistas. Assim, corroborando o estudo de Simioni *et al.* (2009), percebe-se que neste estudo, os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade são relegados a um segundo plano.

Em se tratando da atual diretoria administrativa, nota-se por parte desta, falta de iniciativas em proporcionar aos produtores cursos de qualificação, tanto nas áreas administrativas quanto técnica, com vistas a superar as dificuldades mencionadas e obter um melhor desempenho de suas atividades produtivas. Haja vista que essa lacuna tem prejudicado o desempenho geral da cooperativa. Portanto, tais iniciativas estariam relacionadas à busca pela modernização das técnicas administrativas e produtivas.

Pois, como afirmam Simioni *et al.* (2009), para fazer frente à nova realidade do ambiente competitivo, as cooperativas do ramo agrícola precisam se profissionalizar no que se refere ao processo de gestão e às relações com os seus associados e se adaptar às novas regras do mercado. Complementarmente, conforme a linha de pensamento de Grisa, Gazolla e Schneider (2010), pode-se dizer que a intervenção do Estado com políticas públicas apropriadas é importante, mas cabe aos

produtores ou, até mesmo, à diretoria da cooperativa buscar alternativas para fortalecer a atividade econômica.

Por fim, a principal limitação deste trabalho é a de ser um estudo de caso de modalidade única, pois os resultados encontrados não podem ser generalizados. Porém, as discussões aqui apresentadas servem como reflexão.

1 ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI): Congresso realizado em Viena em 1966, para a atualização dos princípios cooperativistas; realizado novamente em 1995, com a finalidade de fazer uma revisão nos princípios, em Manchester (Irion, 1997).

2 Segundo o INCRA (2008), módulo fiscal é a unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município. No caso de Rubiataba, o módulo fiscal é de 30 hectares.

Referências

- Abreu, M. A. P. (2008). *Urbanização e (des) ruralização da agricultura familiar e seus atores*. Dissertação de Mestrado em Ecologia e Produção Sustentável, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Aref, F. (2011). Agricultural Cooperatives for Agricultural Development in Iran. *Life Science Journal*, 8(1), 82-85.
- Ávila, S. R. S. A. (2009). *Efeitos sócio-econômicos da expansão da cana-de-açúcar no Vale do São Patrício*. Dissertação de Mestrado em Agronegócios, Universidade Nacional de Brasília, DF, Brasil.
- Beduschi, L. C., Filho., & Abramovay, R. (2004). Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. *Nova Economia*, 14(3), 35-70.
- Buendía Martínez, I., & Pires, M. L. L. S. (2002). Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 19(01), 99-118.

- Carneiro, M. J. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 8, 70-82.
- Deponti, C. M. (2007). Teoria Social e o Lugar da Agricultura Familiar na Sociedade Contemporânea: Estudo Analítico-Comparativo das Contribuições Brasileiras ao Debate. In: *XLV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL: "Conhecimentos para Agricultura do Futuro"*, Londrina, PR, Brasil.
- Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (2011). *Alimentação escolar: aquisição de gêneros da agricultura familiar*. Disponível em: <http://www.famurs.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=272:alimentacao-escolar-aquisicao-de-generos-da-agricultura-familiar&catid=115:programa-de-interiorizacao-2011&Itemid=96>. Acesso em: 01 nov. 2011.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2009). *Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009*. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/arq...2009/...res03816072009/download>. Acesso em: 05 dez. 2011.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (2011). *Alimentação escolar*. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 1 nov. 2011.
- Gawlak, A., & Ratzke, F. A. Y. (2001). *Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor*. 2ª. ed. Curitiba: OCEES.
- Gianezini, M., Gianezini, Q. D., Scarton, L., & Rodrigues, R. G. (2009, julho). O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: experiência das cooperativas no médio norte de Mato Grosso. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Graziano da Silva, J. (2001). Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *ESTUDOS AVANÇADOS*, 15(43), 37-50.
- Grisa, C., Gazolla, M., & Schneider, S. (2010). A "produção invisível" na Agricultura Familiar: autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural. *Agroalimentaria*, 16(31), 65-79.
- Guasselli, I. G. G. (2002). *Cooperativa como forma de melhor viabilizar os produtores de maçã: um projeto para a Região do Município de Vacari/RS*. Dissertação de Mestrado em Administração, Fundação Getúlio Vargas, RJ, Brasil.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Censo Agropecuário*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1>. Acesso em: 15 nov. 2011.
- Irion, J. E. (1997). *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS.
- Maluf, R. S. (2004). Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. *Ensaio FEE*, 25(1), 299-322.
- Matias-Pereira, J. (2010). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2ª. ed. São Paulo: Altas.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011). *Crédito rural*. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.

- Morato, A. F., & Costa, A. (2001). Avaliação e estratégia na formação educacional cooperativista. In: Macedo, K. B. & Ximenes, J. A. (org.). *Cooperativismo na era da globalização*, Goiânia: Terra.
- Nascimento, F. R. (2000). *Cooperativismo como alternativa de mudança: uma abordagem normativa*. São Paulo: Forense.
- Oliveira, D. P. R. (2001). *Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática*, São Paulo: Atlas.
- Organização das Cooperativas Brasileiras (2011). *Cooperativismo goiano histórico*. Disponível em: <<http://www.ocbgo.org.br/cooperativismo/cooperativismo-goiano/historico/>> Acesso em: 23 out. 2011.
- Pinho, D. B. (2004). *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidária*. São Paulo: Saraiva.
- Pires, M. L. L. S. (2010). O Cooperativismo Agrícola Como Uma Forma de Neutralizar as Desvantagens Competitivas da Agricultura Familiar. Em análise a Coopercaju. In: *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Polônio, W. A. (2004). *Manual das sociedades cooperativas*. São Paulo: Atlas.
- Rodrigues, M. L. (2005). *Análise da ação administrativa em cooperativas agropecuárias do Triângulo Mineiro: um estudo de multi-casos*. Dissertação de Mestrado em Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, Brasil.
- Schreiner, J. M. (2011). *Alimentar 7 bilhões de habitantes*. Disponível em <www.sistemafaeg.com.br/faeg/site/noticia.do?vo.codigo=765>. Acesso em: 22/11/2011.
- Scopinho, R. A., & Martins, F. G. (2003). Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. *Psicologia e Sociedade*, 15(2), 124-143.
- Simioni, F. J., Siqueira, E. S., Binotto, E., Spers, E. E., & Araújo, Z. A. S. (2009). Lealdade e oportunismo nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(03), 739-765.
- Souza, H. M., Filho. (2001). Desenvolvimento agrícola sustentável. In: Batalha, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial: GEPAI*, 2ª. ed. São Paulo: Atlas.
- Trindade, L. Z., & Bialoskorski, S., Neto. (2012). Uma Análise da Separação entre a Propriedade e a Gestão nas Cooperativas de Crédito Brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(16), 96-118.
- Van der Ploeg, J. D. (2009). Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: Petersen, P. (Org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-P-TA.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 87-145.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zarafshani, K., Rostamitabar, F., Hosseini, G. H., Akbari, M., & Azadi, H. (2010). Are Agricultural Production Cooperatives Successful? A Case Study in Western Iran. *American-Eurasian J. Agric. & Environ.*, 8(4), 482-486.

Cooperatives and Family Farming: a case study

Abstract

This work focuses on some practical advantages and challenges facing family farmers Rubiataba city, state of Goiás, towards the strengthening of productive activity. Therefore, this article aims to identify and analyze the main practical difficulties and opportunities faced by the cooperative to a cooperative of farmers, called Mixed Cooperative of Family Farmers Rubiataba (COOMAFAR). We conducted a qualitative research, and data collection was used questionnaires and interviews. As a result, the research shows strong interest from producers to diversify production, add more value to the products, have greater access to the market and thereby achieve better competitiveness. But hindered by issues such as lack of incentives from the government, financial resources, technical expertise and shortage of manpower. This research aimed to contribute to a better understanding of the relationship between cooperatives and family farms.

Keywords: Cooperative. Producer. Coomafar.

Endereço para contato:

Marta Cleia Andrade

E-mail: <marta.cleia@hotmail.com>.

Rua Pindaíba nº 96 Centro – Rubiataba-Go, CEP 76350-000